

PERFIL DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA PARAÍBA: LEVANTAMENTO DOS CRIMES ENTRE 1998 E 2005¹

Loreley GARCIA²
Rosa F. GOMES³
Alexandre Paz ALMEIDA

Para Vera Cabral, pelo esforço pioneiro.

Gênero e Violência

Hannah Arendt (1970) adverte que a violência permaneceu por muito tempo como fenômeno marginal à Ciência Política, só tendo sido inserida após a Segunda Guerra, até então tinha um caráter de epifenômeno. O fenômeno da violência estaria estruturado em rede (Habermas, 1980; Minayo, 1994), atuando de forma imperceptível, embutida na sociedade desigualmente configurada, marginalizando e excluindo a maioria da cidadania plena. A rede de violência menos aparente alcançaria quase todas as esferas da existência, do percebimento de um salário indigno até as afrontas que a cidadania sofre no cotidiano.

A violência aparece como um problema central na medida que a Modernidade incorpora a luta pela cidadania e os direitos humanos; liberdade e autonomia fazem-se presente no discurso político (Domenach, 1981). Entende-se que a violência é uma situação de vida de difícil manejo e solução, mas está presente na vida da maioria das pessoas, em diferentes graus. (Schraiber & D'Oliveira 1998).

A percepção social do que é violência não é universal, mas múltipla, varia conforme a sociedade, a capacidade de naturalizar e normalizar atos de violência e depende do nível de tolerância que a sociedade tem com o fenômeno e, conseqüentemente com o maior ou menor grau de cidadania e respeito aos direitos humanos em cada uma delas.

No Brasil, todas as camadas sociais são atingidas pela violência, todas as idades, classes e regiões. Quase sempre o agressor é homem; mas estes também aparecem como vítimas (Nolasco, 2001).

¹ Este artigo originou-se de uma pesquisa realizada durante o ano de 2004, com o objetivo de avaliar o serviço de atendimento de saúde às vítimas de violência sexual na Paraíba, implantado em outubro de 1998, encomendada pela organização não-governamental paraibana Cunhã Coletivo Feminista. Percebeu-se que os prontuários hospitalares das vítimas forneciam inúmeros dados que nos permitiriam traçar um perfil da violência sexual no Estado, de modo que a partir de fevereiro de 2005 uma pesquisa complementar foi iniciada com o objetivo de aprofundar a avaliação anteriormente realizada para descrever as formas e a natureza do crime sexual na Paraíba.

² doutora em Sociologia/USP; pós doutorado em Women's Studies na Universidade da Califórnia- Berkeley. Professora do PPGS e do Prodepa da UFPB.

³ Rosa Gomes e Alexandre Almeida são graduados em Ciências Sociais pela UFPB.

No caso da violência sexual a ambigüidade é maior, o que dificulta identificá-la. A violência exercida com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, manipulação, suborno, ameaça ou qualquer mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Isto também inclui obrigar a vítima a praticar atos com terceiros (Ministério Saúde, 2000).

Violência Sexual é um conceito entendido como violência de gênero caracterizada pelo abuso de poder no qual a vítima é usada para gratificação sexual do agressor, sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a praticar sexo com ou sem violência física. (Ballone & Ortolone, 2003).

Violência sexual é agressão à liberdade do indivíduo, manifesta no domínio de um sobre o outro. Abuso implica em ultrapassar limites, transgredir a noção de poder e confiança.

Agressão, abuso e violência sexual são usados no estupro e no AVP (atentado violento ao pudor), com ameaça, emprego de força física ou não, capaz de impedir a resistência da vítima. A violência sexual não é só brutalidade direta e física, mas pode ser pressão ou chantagem afetiva.

A sociedade adota uma noção de gênero, na qual a imagem do homem é do caçador, forte e herói; e a mulher é a presa, a conquista. Os papéis sexuais estereotipados colocam as meninas em desvantagens para se protegerem, sendo muitas vezes responsabilizadas pela agressão. O comportamento esperado é que a mocinha deva ser dócil, meiga e boazinha, comportar-se como caça e presa, ao mesmo tempo em que deve impedir a agressão sob pena de ser vista como culpada.

Grossi (1994) aponta o fato de que os estudos sobre violência sexual são invisíveis, escassos e recentes. Entre novas e velhas formas de violência de gênero, elenca quatro modalidades de violência: violência doméstica, abuso sexual, assédio, violência étnica e racial. Neste contexto cabe complementar ainda com outras formas como: o rapto, o casamento forçado e o tráfico de pessoas.

A violência doméstica aparece como parte integrante dos relacionamentos afetivos, profundamente arraigada na vida social, a tal ponto que surge como naturalizada, uma “coisa normal”. Foram as feministas, nos anos 60/70 que tornaram público e condenável o que era ato corriqueiro, até então aprisionado na esfera privada. A violência contra a mulher ocorre no ambiente doméstico, afetivo causando grande impacto na sua saúde (Schraiber & D’Oliveira, n/d).

Caligaris (2005) informa que uma pessoa estuprada por um familiar, sobretudo se este deveria ter o papel de cuidar dela e protegê-la, acaba por fazer com que tenha a confiança em qualquer autoridade minada, sendo difícil que fale, se abra para representantes do poder. Some-se a isto a insensibilidade e a ineficácia do serviço público que estas pessoas enfrentam. Daí o estupro ser considerado crime duplamente hediondo porque viola o corpo e a alma; marca o caráter e perde-se a crença no Outro, no mundo.

São inúmeros os desdobramentos e lesões produzidas pela experiência de violência sexual. A pessoa pode passar a ver o corpo como profano, baixar a auto estima, desenvolver sentimento de perda da integridade física, sofrer de angústia, depressão e inferioridade; ter perturbações e medos, dificuldade de lidar com o sexo oposto, ver o sexo como punitivo e, no extremo do comportamento auto destrutivo poderá até chegar ao suicídio; quanto maior o tempo de abuso, maior a sensação de culpa das vítimas (Queiroz, n/d).

Foelkel (2004) utiliza dados da Fundação Perseu Abramo de 2001, estimando que a cada 15 segundos há uma violência acontecendo, incluindo a doméstica. Mas o medo, a vergonha, a ineficácia e negligência dos serviços públicos muitas vezes mal estruturados para o atendimento, impedem a denúncia. O Ministério da Saúde revela que na violência doméstica e sexual, o agressor está dentro de casa, na maior parte das vezes é parente ou conhecido.

A diferença de gênero é arbítrio cultural, o modo como as sociedades ensinam meninas e meninos a se enxergarem e ao sexo oposto é o que determina se esta sociedade será mais ou menos igualitária ou sexista. Os casos de violência de gênero e sexual, quase na sua totalidade vitimizam as mulheres. Mas isto significa que as mulheres devam ser colocadas como vítimas passivas? Até 1998, a mulher era colocada como vítima de violência, o próprio nome do Programa implantado pelo Ministério da Saúde: PAMVVS – Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Sexual revela que a mulher não é pensada em termos de sujeito e agente. Na recente reformulação da Norma Técnica (2004), o programa se reestrutura para atender “pessoas em situação de violência”. A introdução da situação de violência substituindo a vítima, destaca a circunstância vivida sem vitimização e infere um caráter relacional à violência. Entende-se que a mulher não entra na relação como elemento passivo, mas atua na construção da violência, mesmo sendo a parte dominada dentro da assimetria de poder nesta construção (D’Oliveira, 1997).

A idéia de vítima associa-se historicamente a figura da mulher, no campo jurídico todos são réus ou vítimas, no campo da saúde:

“a tomada de qualquer sujeito na condição de “vítima” é significá-lo não como sujeito plenamente potente, isto é, de deter autodomínio e soberania de decisões, daí que se perpetua a noção de mulher como um sujeito incapaz, à semelhança da criança, dos doentes, ou dos loucos, em maior grau! Incapazes de decisões, incapaz do pleno domínio de si... necessitando eternos tutores”. (Schraiber et, ibid).

O papel de vítima legítima e explica uma cultura da proteção e dependência que marca o papel feminino, a mulher tida como infantilizada, sujeito social incompleto, carecendo de vigilância e educação rigorosas.

Em nenhuma hipótese, queremos confundir com a leitura freudiana, revisitada por Helene Deutsch, na qual a mulher seria masoquista ou iria inconscientemente em busca da situação de violência. Aforismo da mulher masoquista e histérica, a partir daí não existem

vitimas, se a sexualidade feminina é por natureza masoquista, o estupro não ocorre já que é aceito na busca da “luxúria da dor” (Forrester in Tomaselli & Porter). Aqui resgatamos a discussão de Haug (2004), na qual ser vítima não é destino, mas é também uma ação.

O Estupro: Sociedades livres e sociedades propensas

“O relativo desaparecimento das reflexões sobre o estupro coincidiu com o número crescente de teorias sobre a transformação gradual e ou revolucionária da sociedade. A saudável discussão sobre a reforma ou revolução sociais, econômicas ou mesmo morais não foi acompanhada por propostas comparáveis ao fim do estupro”. (Tomaselli, 1992, p.21).

Quem recoloca o estupro na História é Susan Brownmiller, em *Against our will*, onde o estupro é visto como importante força social, parte da estratégia masculina de dominação.

A autora considera o estupro como parte funcional do patriarcado, é uma “sanção epítome”, sua tropa de choque. A misoginia encoraja o estupro, subordina a mulher à vontade do homem, funciona como uma ameaça constante que polícia o comportamento, limita a liberdade e fortalece a ideia de que a fêmea precisa de proteção. O estupro seria um dos meios de submeter as mulheres.

Para Porter (ibid, p.213), Brownmiller acerta ao considerar que o estupro foi visto historicamente como crime contra os homens e sua propriedade, mas se equivoca ao subjugar a supremacia masculina, que aparece frágil e não racionalizada, necessitando do estupro para manter o domínio. Isto seria um grande equívoco, já que o controle sobre as mulheres seria absoluto!

Porter (ibid, p.224) acrescenta que o estupro no Ocidente floresceu nas margens, fronteiras, colônias, guerras, estado de natureza, e nas psicomargens entre solitários, deslocados e nas subculturas marginais. Seriam as sobras do patriarcado e não sua tropa de choque, apenas mais um efeito colateral.

Marcuse (1969) vê como produto da sociedade moderna o surgimento de uma dessublimação repressiva, manifesta nos cultos da juventude, da feminilidade, do glamour, saúde, nutrição, limpeza e privacidade combinadas na vitrine social, em que o sexo foi colocado. A atividade sexual é mais livre, mas há mais estupro e outras ofensas sexuais.

Nos EUA, o feminismo convive com a glamourização da mulher e o reacionarismo machista. Mulher e glamour convivem com a feminista independente, gerando insegurança e retaliação masculina, o estupro configura-se como vingança masculina. Sexo, agressão e invasão tornaram-se sinônimos, seja na guerra, na conquista das mulheres ou no estupro da Natureza.

Segundo Shulamith Firestone, o estupro não deve ser entendido a partir das taras pessoais, mas em termos de valores masculinos; ele é expressão da misoginia mais que qualquer desejo sexual exacerbado. (Tomaselli 1992, p.219).

Sanday (ibid, p.90), pensa o estupro varia entre as culturas. De acordo com Malinowski, o sexo é uma força plena de significado sociológico e cultural e não mera relação corporal entre indivíduos. Sexo e reprodução, masculino /feminino são conceitos culturais ou simbólicos, ainda que se baseiem em substratos biológicos e naturais para estabelecer diferenciação sexual.

A cultura canaliza o impulso sexual, ela serve como balizador que permite classificar as sociedades como livres de estupro ou propensas ao estupro. Sanday trabalha com o exemplo da Sumatra Ocidental onde a lei, a religião e o costume proíbem o estupro e o punem severamente. Um estuprador será rebaixado, ridicularizado na sua virilidade e sujeito a ataques, banimento ou morte. Os 28 casos/ano numa população de 3 milhões de habitantes, revelam que se trata de uma sociedade livre de estupro. O que não implica sua ausência absoluta.

Sanday observa que o estupro é a expressão da ideologia social do domínio masculino,

“o poder e a autoridade das mulheres são menores em sociedades propensas ao estupro; as mulheres não participam nas decisões públicas e os homens expressam desdém pelas mulheres como criadoras de decisões”(ibid, p.92).

Nas sociedades livres de estupro as mulheres seriam mais respeitadas e influentes na comunidade. A comunidade percebe a mulher como a responsável pela produção da próxima geração, ela determina se a próxima geração será boa ou má. Além disso, são sociedades que desenvolvem uma atitude de reverência para com a natureza, nada semelhante à dominação e à exploração perpetrada no Ocidente.

Sanday afirma que a proteção da vida e a natureza são a chave para entender uma sociedade livre de estupro como a Minangkabau (ibid, p.104). Agrega-se a esse fator a singularidade do processo de construção da identidade masculina, não definida a partir da antítese do feminino, mas de acordo com as regras da natureza.

A misoginia instaurada no Ocidente desde a Antiguidade produziu uma cisão, separou e isolou as mulheres e o universo identificado com elas: o mundo dos sentimentos. Em consequência deste desmembramento, é possível tomar distância da mulher e do mundo feminino, apartar-se até o extremo de desumanizá-la ou vê-la aos pedaços: pernas, peitos, nádegas...sem gente por traz, sem sentimentos, sem direitos, sem identidade.

O estupro não resulta da ferocidade, mas do fato da identidade e o senso de Eu se afirmarem a partir do domínio exercido e do controle sobre outros, nos EUA o sucesso sexual é parte do perfil do homem de sucesso.

“a codificação sexual do poder e do prestígio masculino, evidente na degradação e objetificação do feminino projetado na mídia, ajuda a explicar alta incidência de estupro nos EUA.” (ibid, 104).

Os estudos de Sherry Ortner (1981) mostram o estupro como consequência do status dual das mulheres. Cabe às mulheres resistir ao estupro, por outro lado são adestradas para se conceberem como objetos desejados e valiosos que serão perseguidos, mesmo que retenham o direito de escolher o parceiro. Essas mensagens aparecem combinadas e contraditórias: a família e a sociedade lhe conferem a tarefa de estimular a atração sexual, num jogo eternamente dúbio.

“A caricatura misógina das mulheres (queria na verdade dizer sim) sempre permitiu aos homens trivializar o estupro e considerá-lo excitante na imaginação pornográfica”. (ibid, p.207).

O Quadro da Violência na Paraíba

A Maternidade Frei Damião, em João Pessoa-PB é a sede do Programa de Assistência às Vítimas de Violência Sexual no Estado, implantado em 1998 em consonância com a norma técnica do Ministério da Saúde.

Foram trabalhados 260 dos 265 prontuários das pacientes que procuraram o serviço entre 1998 e 2005. A baixa procura pelo serviço é explicada por inúmeros motivos, que vão desde o desconhecimento da existência do programa, a descrença nas instituições públicas, medo, vergonha e constrangimento. Extraímos da imprensa e dos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado que o número de ocorrências é bastante superior, considere-se que somente cerca de 10% dos casos de crimes sexuais são denunciados. Entre 1999 e meados de 2004, há registro de 641 casos de estupro no Estado, desconsiderando os crimes de AVP.

Dos prontuários extraiu-se o perfil das vítimas, o padrão de ocorrência do crime, como local, hora; o agressor, número de gravidez e abortos realizados. O quadro abaixo expõe os dados coletados nas variáveis como data, idade da vítima, estado civil, escolaridade, local do sinistro, agressor, tipo de violência, tipo de intimidação, e outros dados que possibilitassem traçar um mapa do crime sexual no Estado.

Idade	Vítimas	Porcentagem
0 a 7	12	5%
8 a 13	28	11%
14 a 17	60	23%
36 a 56	15	6%

Escolaridade		
48%		1 grau incompleto
17%		2 grau completo
10%		2 grau incompleto

Profissão		
Estudantes		36%
Domesticas		18%
Donas de casa		14%
Outros		32%

Estado civil		
Solteiras		80%
Casadas		14%
Outras		6%

Tipo de violência		
Estupro	216 casos	83%
Abuso sexual	11	4%
Atentado ao pudor	8 casos	3%
Tentativa estupro	14	5%

Tipo de relação		
Vaginal	138 casos	53%
Vaginal e anal	33 “	13%
Vaginal oral e anal	45 “	17%

Atendimento psicológico			Boletim Ocorrência	
Sim	121	47%	56	22%
Não	100	38%	159	61%

Local do crime		
Residência	77 casos	30%
Matagal	33	13%
Rua	64	25%
Terrenos e praia	10 cada	4%

Carro e motel	5 e 4	2%
Outros *	67	26%

Agressor		
Desconhecido	110 casos	42%
Parentes e relativos	77 casos	30%
Desconhecidos múltiplos	37	13%
Conhecidos múltiplos	12	4%
Conhecidos	25	10%

Hora do crime	
Noite	24%
Tarde	20%
Madrugada	19%
Manha	8%

Tipo de intimidação	Vítimas	Total	Porcentagem
Revolver	19		
Faca	13		
Canivete	1	44	17%
Espingarda	1		
Arma branca	1		
Arma	9		
Força física	44	44	17%
Ameaça	6	6	2%
Ar.ff.ameaça	43	43	16%
Ff e ameaça	45	45	17%
Ff e arma	18	18	7%
Arma e ameaça	20	20	8%
Entorpecentes	1	1	0,5%
Sedução	1	1	0,5%
Não consta	38	38	15%

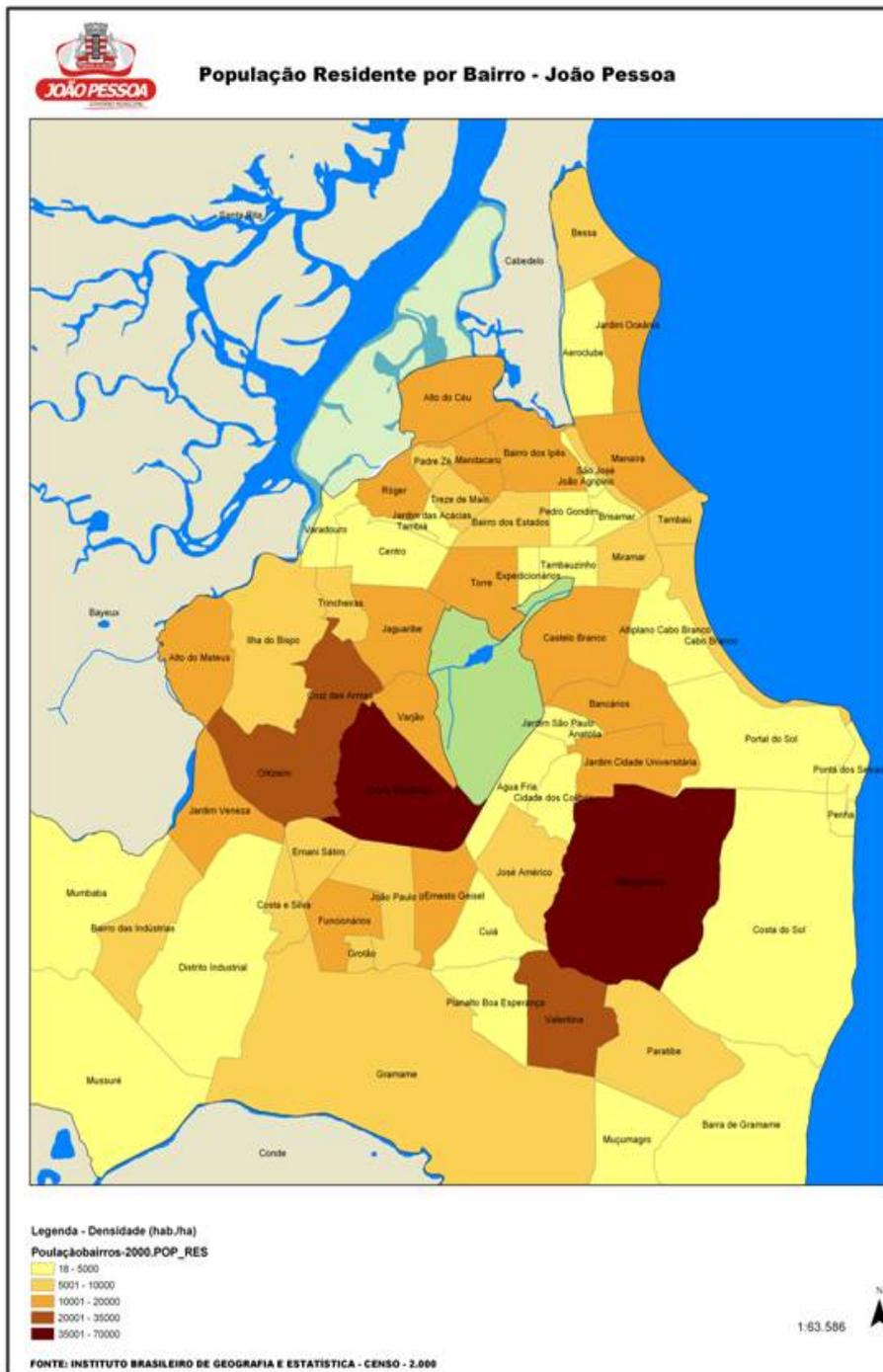
Local	vítimas	Total	Porcentagem
Mangabeira	16		
Valentina	13		
Cruz das armas	12		
Centro	10		
Bancários	9		
Cristo	9		
Alto Mateus	8		
Funcionários	7		
Geisel	6		
Jose Américo	6		

Manaira	5	João Pessoa	66%
Mandacaru	5		
		168	
Bayeux	14	14	5%
Cabedelo	14	14	5%
Santa Rita	8	8	3%
Conde	7	7	2%
Cidades – 5 casos	36	36	14%
Não consta	13	13	5%
Total	260	260	100%

Gravidez	Total	Porcentagem
Sim	65	25%
Não	173	66%
Não consta	22	9%

Aborto		
Sim *	32	49%
Não	23	35%
Não consta	10	16%

*Os números de aborto realizados na Maternidade Frei Damião também incluem os casos de anencefalia, portanto, não são exclusivos das vítimas de violência sexual.



Conclusão

A faixa etária preferencial das vítimas estão entre 18 e 25 anos, seguida de adolescentes na faixa de 14 a 17 anos, e jovens adultas acima de 26 anos. Quase 50% tem formação escolar abaixo do primeiro grau, sendo na sua maioria estudantes, empregadas domésticas seguidas de donas de casa. A maioria é solteira, 80% das vítimas e foi atacada por volta das 18 horas e durante a noite ou à tarde.

A casa aparece como local perigoso 30 % dos casos ocorreram em casa, local de cuidados e proteção, sobretudo de crianças. Coincidentemente o numero de agressão por parte de parentes ou relativos é também de 30%. Mas se a casa é perigosa, os 70% dos casos fora de casa, mostram que qualquer local é passível de ocorrência de violência, onde desconhecidos atuam em 70% dos registros. Aparecem como locais preferenciais: a rua, logradouros públicos do centro da cidade, campus da universidade e Espaço Cultural; terrenos baldios e matagal, praia, carro e motel, e também surgem locais inusitados como igreja, creche, quadra da escola, rio, curral, casa do agressor, canavial, campo de futebol e casa abandonada.

Os dados sobre o agressor não coincidem com os fornecidos pelo Ministério da Saúde, que apontam os conhecidos e familiares como maiores responsáveis pelas agressões. As pessoas agredidas que buscam os serviço de saúde, na sua maioria, foram agredidas na rua por desconhecidos, o que não significa que o dado do Ministério esteja errado, mas sugere que os ataques ocorridos entre 4 paredes permanecem silenciados.

O crime de maior ocorrência é o estupro em 84% dos casos, mas existe também a agressão realizada por múltiplos , no geral desconhecidos. Todavia há registro de 12 casos de estupro com múltiplos parceiros, perpetrado por agressores conhecidos. Destacamos que este tipo de agressão coloca a vitima em situação de defesa impossível.

Menos da metade das vitimas tiveram atendimento psicológico, e as que tiveram não retornaram para outras sessões, resumindo-se a um único atendimento. Dos dados disponíveis, sabe-se que somente 22% foram à busca de ajuda policial, pois apenas esse percentual apresenta o Boletim de Ocorrência.

Outro dado impressionante é de que 48% dos crimes ocorreram mediante uso de algum tipo de arma, mas 37% sem armas, não há informação de 15% dos casos.

Se pudermos inferir a partir deste dado, poderemos concluir que as vitimas atacadas sem uso de arma seriam as crianças ate 13 anos (16%) e adolescentes (23%), num total de 39%. As jovens e adultas teriam sido vitimadas com armas, força física e ameaça, incluindo ataque por múltiplos agressores.

Os crimes desta natureza, freqüentemente provocam uma forma de paralisia, deixando a vitima impotente, mesmo sem o uso de armas, ou ainda criam situações de pânico na qual as vitimas preferem ceder, temendo por sua vida e pelo espancamento em caso de resistência, esses depoimentos foram dados pelas plantonistas do PAMVVS.

Outra conclusão seria a de que a sociedade não prepara as meninas e mulheres para auto defesa e suficiência, colocando-as sob proteção masculina, ansiando por isto mostram-se incapazes de manejar situações onde dependem de si mesmas. A sociedade misógina produz mulheres com baixa auto-estima, descrentes em sua capacidade, incluindo força física.

Com relação ao mapa da cidade, observamos que os casos ocorrem na maioria nas zonas sul incluindo o município do Conde, centro e oeste incluindo Bayeux e Santa Rita, parte da Grande João Pessoa.

Coincidentemente são bairros e municípios habitados majoritariamente pelas classe C e D, carentes de equipamentos e com pouca estrutura urbana. O centro, por sua vez, encontra-se em estado de decadência, posto que as elites que lá habitaram até a década de 60, migraram para novos bairros nobres da cidade, notadamente as praias.

Podemos observar que, embora até no campus universitário e a escola de música ocorram crimes, e que todas mulheres encontram-se expostas a este tipo de violência; as moças e meninas que vivem nos bairros mais carentes, com pouca ou nenhuma renda, ainda são os alvos mais vulneráveis dos crimes de violência sexual na cidade de João Pessoa e na Paraíba.

Com relação ao número de gravidez e aborto, há um viés grave que nos impede de definir quantos abortos foram realizados em gravidez decorrente de agressão sexual, uma vez que os números de aborto por anencefalia estão computados em conjunto. Assim sendo, no momento desconhecemos o número exato de abortos realizados por vítimas de violência. Até agosto de 2004 havia registro de 11 procedimentos de aborto no Frei Damião e um encaminhado a Recife; tendo 23 casos de gravidez sido levados a termo. Não sabemos quanto dos 21 casos de aborto registrados entre agosto de 2004 e junho de 2005 são provenientes de agressão sexual.

De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça:

Ano registro	População feminina PB	números de casos	Taxa por 100 mil mulheres	Pop.feminina João Pessoa	n.casos	Ocorrência em JPessoa
2001	178.4661	186	10,55	323522	59	31,72%
2002	1798465	150	8,34	329703	33	22,20%
2003	1810732	146	8,06	334919	46	31,51%

Os registros mostram que na Paraíba o crime de estupro encontra-se abaixo da média nacional e vem decrescendo nos últimos anos, assim como RN, PI, ES e RJ. A média nacional é de 15,9 casos por 100 mil mulheres, sendo em 2003 o Amapá a maior taxa registrada, 52,56/100 mil, e o Ceará a menor 2,3/100mil

Todas as Unidades da Federação apresentam decréscimo. Com relação as capitais, Rio Branco e Macapá superam a taxa de 50 casos por grupo de 100 mil mulheres; Fortaleza é a capital que apresenta a menor taxa 3,5/100 mil.

Os crimes de Atentado Violento ao Pudor, entre 2001 e 2003, apresentaram a média nacional de 5,7 casos por cada 100 mil habitantes, sendo o maior registro nas regiões Sul e Centro Oeste e o menor na região Nordeste.

No caso da Paraíba, a taxa registrada entre 2001 e 2003 foi de 1,7 estando abaixo da média nacional e decrescendo.

A tabela e gráfico abaixo representam a comparação de três registros disponíveis no Estado da Paraíba: a Datapol da Secretaria de Segurança, o banco de dados composto a partir da coleta de notícias em jornais locais realizada pelo Centro 8 de Marco, e os prontuários do PAMVVS.

Os dados da Datapol confirmam o decréscimo dos casos de estupro como de AVP entre 2001 e 2003. Da mesma forma, a busca pelo atendimento de saúde decaiu. Os dados da ONG Centro 8 de Março revelam que a imprensa registrou mais casos no ano de 2002.

PAMVVS	Dados Centro 8 de Marco	Datapol/SSP
1998: 14 casos	_____x_____	__x__
1999: 30 casos	_____x_____	112 estupros 63 AVP
2000: 46 casos	70 estupros 26 AVP	113 47
2001: 43 casos	81 24	183 150
2002: 41 casos	95 40	150 128
2003: 35 casos	68 35	142 106
2004: 30 casos (julho)	36 19 (abril)	41 31(maio)

Há uma pequena diferença entre os números obtidos na Secretaria Nacional de Segurança Pública e os fornecidos pela Datapol do Estado da Paraíba. A SNSP apresenta o número de 186 estupros em 2001- 3 a mais que a Datapol; 150 casos em 2002 e 146 em 2003 – 4 a mais que os registros locais.

Não há, no Brasil, números oficiais que levem em conta casos de estupro não relatados à polícia, mas, segundo dados da SNSP, quase 13 mulheres são estupradas por dia apenas nas capitais brasileiras e no Distrito Federal .

Os números não nos contam tudo sobre a realidade das vítimas de violência sexual, os relatos dos crimes revelam melhor as circunstâncias em que ocorrem, nas quais se desenvolvem

ações violentas contra a integridade física, moral e a dignidade destas mulheres, conforme os casos abaixo mencionados:

- Assalto do veículo de uma empresa e estupro das trabalhadoras em frente aos colegas, depois de horas de pressão psicológica, exibição de armas e ameaças.

- O caso da moça que foi submetida na frente dos familiares, todos sob a mira do revolver do agressor. Há violência com requintes de crueldade, sevícia e tortura.

- Que dizer do irmão que violentou e engravidou a irmã lésbica, para humilhá-la? Há violência intrafamiliar, que vai desde a agressão sexual até a manipulação da vontade para impedir o direito do aborto.

- O caso de menina de 14 anos, deficiente mental, que teve de levar a gravidez a termo porque a avó/tutora optou por não abortar.

Indaga-se se ela entendia as transformações que ocorriam com seu corpo adolescente, se entendeu que gerou uma criança e conseguiu associar esse fato à dor e violência a que foi submetida 9 meses antes.

Há também a violência por parte de profissionais, sobretudo médicos que promovem tortura psicológica na tentativa de impedir que as mulheres abortem, provocando constrangimento nas que abortaram.

Os números não traduzem a dor, o desespero, a humilhação e as marcas que ficam, por vezes eternas, na alma e psique das vítimas. Some-se a isto a incompletude do serviço, a carência de atendimento psicológico adequado, a ausência de um grupo de apoio e suporte criado por mulheres que viveram experiências de violência. As histórias narradas pelas plantonistas do PAMVVS e pelas poucas vítimas que aceitaram ser entrevistadas, revelam que estamos diante de uma sociedade propensa ao estupro, apesar do baixo número de casos, em comparação a média nacional, não se trata de uma sociedade menos violenta, menos misógina, mas sugere que há muito mais vergonha e medo de busca de ajuda, descrença nos órgãos públicos de segurança, justiça e saúde, desinformação e desconhecimento do direito de buscar justiça e da existência do serviço de saúde, devido a divulgação insuficiente e, na pior hipótese, o não reconhecimento do crime em si.

Bibliografia

ARENDDT, H. On Violence. New York: Harvart, Harcourt Brace & Company, 1970.

BALLONE, G. & Ortolone, I. Da emoção à lesão. Ed. Malone, 2002.

BROWNMILLER, Susan. Against our will. NY, Ballantine Publishing Group, 1975.

DOMENACH, J. M. La violencia y sus causas. Paris, UNESCO, 1981.

FIRESTONE, Shulamit, *The dialectic of sex*. NY, Farrar, Straus & Giroux, 1970.

FOELKEL, A. Violência sexual e doméstica contra mulher no Brasil: reflexões sobre o quadro atual e atuação da IPAS no Brasil. *Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva*, n.14, nov.2004.

FREITAG, B. & R. Habermas. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Atica, 1980.

GARCIA, L. et alli. Avaliação da qualidade do Programa de Atendimento às vítimas de violência sexual do Estado da Paraíba. Cunha/Nipam, outubro 2004.

_____ Tecendo fios entorno de “Beyond female masochism”, uma visita às idéias de Frigga Haug. *Revista Caos* n.6, 2004.

GROSSI, M. Novas/velhas violências contra mulheres no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, N. Especial, 1994.

MARCUSE, Herbert. *An essay on liberation*. Boston, Beacon Press, 1969.

Minayo, M. C. & Souza R. Violência e Saúde como campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Historia, Ciência e Saúde – Manguinhos* IV (3), nov.1997/fev 1998.

MINISTERIO DA SAUDE. Norma técnica para atendimento de vítimas de violência sexual, Brasília, DF.

ORTNER, Sherry. *The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge Press, 1981.

SCRAIBER, L. & d’Oliveira, A. Violência contra as mulheres: interfaces com a saúde. Mimeo.

SOARES, G. Um breve olhar sobre programas de atenção à violência sexual: a experiência da Paraíba, in *Jornal da Rede Feminista de Saúde* n.22, nov.2000.

TOMASELLI, S. & PORTER, R. *Estupro*. RJ: Rio Fundo Editora, 1992.

www.violenciasexual.com.br

www.mj.gov.br

Folha de São Paulo de 18 de março de 2005